

Edgar Morin, Chanlat e institucionalistas

Sergio Luis Boeira

Alessandra Knoll

Ivan Luis Tonon

INTRODUÇÃO

Esse ensaio teórico visa comparar a abordagem de Edgar Morin com perspectivas de autores já legitimados no campo dos estudos organizacionais, tendo em vista que a mesma ainda está em fase de emergência nesse campo e por isso é pouco conhecida entre pesquisadores das ciências da administração em geral. Optamos, nesse sentido, por tratar da contribuição de Jean-François Chanlat e do institucionalismo (considerando suas principais diferenças internas, como a do antigo e a do novo institucionalismo, bem como suas ramificações em várias ciências sociais). O pressuposto do qual partimos é o de que a perspectiva



moriniana pode ser melhor compreendida, nesse campo de estudos, com tal paralelo comparativo.

Inicialmente, cabe ressaltar a relevância da obra de Edgar Morin para os estudos organizacionais, reconhecendo, por um lado, a extensão e a profundidade da produção epistemológica e teórica desse pensador inter e transdisciplinar (KOFMAN, 1996; FORTIN, 2005; RUIZ, 2005) e, por outro, a crise existente no interior do campo de estudos organizacionais. Tal crise é analisada, por exemplo, em conhecido ensaio teórico de Reed (1999, p. 61), no qual o campo é concebido como fragmentado e "historicamente contestado". Reed, partindo de uma noção de paradigma de Thomas Kuhn, considera que há uma crise epistemológica na teorização organizacional, em face da qual os pesquisadores vivem uma fase de ciência pós-normal ou revolucionária. Thoenig (2007), por sua vez, questiona o afastamento da análise organizacional no que tange às organizações públicas, enquanto cresce o número de pesquisas sobre organizações empresariais e sem fins lucrativos. Mas Thoenig limita sua abordagem a um enfoque disciplinar (sociologia organizacional ou teoria geral das organizações), diferentemente de Fadul e Mac-Allister da Silva (2008), que analisam os limites disciplinares e o desenvolvimento de abordagens inter, multi e transdisciplinares nos campos da administração pública e dos estudos organizacionais. Por ser a obra de Morin uma das mais densas produções inter e transdisciplinares atualmente

disponíveis, com ênfase na ideia de organização, pretende-se contribuir com a inserção da mesma nos estudos organizacionais (sem desvinculá-los das organizações públicas).

Antes de apresentarmos a estrutura das seções, cabe destacar, ainda que brevemente, o que entendemos como ensaio teórico. Trata-se de forma moderna e muito comum de expressar ideias, nas ciências humanas e na filosofia. Com um ensaio teórico não se pretende comprovar algo empiricamente, mas interpretar e argumentar, de forma tão original e consistente quanto possível, sobre um fenômeno (revelando o que o fenômeno esconde), utilizando-se para isso tanto planejamento quanto intuição, reflexão e interpretação sistemática, ainda que fora do padrão e da lógica esquemática da ciência positiva. Inexiste metodologia específica para o ensaio. Meneghetti (2011, p. 325) observa que o diálogo entre epistemologias diferentes têm no ensaio um “campo fértil, sobretudo pela natureza de experimentação”. Tais características do ensaio teórico são adequadas ao objetivo de comparar a abordagem de Edgar Morin com perspectivas de autores já legitimados no campo dos estudos organizacionais.

Estruturamos o texto segundo as seguintes seções: a) na primeira, tratamos de aspectos centrais da abordagem antropológica de Jean-François Chanlat, como as dimensões fundamentais ou esquecidas nas pesquisas sobre organizações, assim

como a questão dos níveis organizacionais; b) na segunda seção, introduzimos a perspectiva de Morin, destacando a ambivalência, a ambiguidade e a complexidade do fenômeno organizacional; c) na terceira, ressaltamos o conceito de instituição (recorrendo a diversos autores) como base para uma análise de aspectos do velho e do novo institucionalismo; d) na quarta seção, examinamos as noções de ambiente, considerando a diversidade do institucionalismo nas ciências sociais e a crítica moriniana; e) finalmente resumimos as conclusões do estudo.

CHANLAT: DIMENSÕES ESQUECIDAS E NÍVEIS ORGANIZACIONAIS

Chanlat (2000) procura compreender algumas dimensões fundamentais ou esquecidas nas pesquisas sobre organizações. Em uma reflexão de duas décadas sobre as relações entre as ciências sociais e o *management*, o autor apresenta os seguintes temas emergentes no século XXI, que ele denomina de dimensões fundamentais: a) retorno do ator e do sujeito (aqui o autor destaca a relevância da subjetividade, da imaginação, que têm sido marginalizadas pela ênfase nos aspectos econômicos e tecnológicos da gestão); b) retorno da afetividade (o autor destaca a relevância da dimensão afetiva na formação de grupos e a crítica ao dualismo cartesiano entre razão e paixões); c) retorno da experiência vivida (ele critica a distância entre o discurso do *management* sobre o que é concebido e prescrito, por um lado, e, por outro, o que é vivido cotidianamente nas

organizações); d) retorno do simbólico (Chanlat ressalta que o mundo das organizações é também um mundo de signos, de diferentes linguagens, um teatro em que se passam comédias, tragédias e dramas, uma realidade imaginária, conforme já havia destacado na primeira dimensão acima); e) retorno da história (o autor enfatiza que a história não está geralmente no centro das preocupações dos gestores, que são orientados pelo curto prazo, com tendência a eliminar a memória e a duração em proveito do imediatismo; a história é constitutiva da identidade dos indivíduos e das sociedades); f) retorno da ética (o autor destaca a ética como disciplina que busca interrogar as regras de conduta constitutivas da moral, que não se limita, portanto, à deontologia, e que está no cerne da política, etc.). Para Chanlat (2000), as organizações do século XXI têm como principais desafios a revisão do enquadramento do econômico no social e a preservação da natureza, a partir da reflexão ética.

As dimensões esquecidas emergem quando a análise do nível organizacional constituído pela organização é percebida como insuficiente para a compreensão das relações biopsicossociais, estruturais, simbólicas, ecogeográficas, econômicas e políticas que afetam a organização, bem como são potencialmente afetadas por esta. Na medida em que as organizações interagem por meios eletrônicos e meios de transporte formam-se redes organizacionais e interorganizacionais de diversos tipos e dimensões espaciais e/ou virtuais. Isolar ou abstrair deste

contexto complexo uma organização qualquer para analisar sua estrutura e sua cultura, sua divisão de trabalho, seus recursos e funções, torna-se crescentemente um processo de simplificação, de disjunção entre níveis organizacionais.

O quadro a seguir resume características dos níveis organizacionais de acordo com a perspectiva de Chanlat (1996), embora contenha aspectos complementares de Morin e Kern (1995).

Quadro 1 – Níveis de análise organizacional

Nível	Características
Indivíduo	É constituído pelo ser humano como ser biopsicossocial: podem ser realizadas análises enfatizando aspectos biológicos, psicológicos ou sociais, assim como as interfaces dos três tipos de aspectos, com peso maior para um ou outro.
Interação	Três tipos de relações: <i>self</i> -outro, <i>ego</i> -massa e nós-nós.
Organização	A ordem organizacional é produto da interação de dois subsistemas: a) estrutural-material; b) simbólico. O primeiro remete às condições ecogeográficas, aos meios materiais para assegurar a função de produção de bens ou de serviços. O segundo subsistema remete ao universo das representações individuais e coletivas que dão sentido às ações, interpretam, organizam e legitimam as atividades e as relações que homens e mulheres mantêm entre si.
Sociedade	É um conjunto econômico, político, social e cultural, situado num contexto espaço-temporal. Também possui um subsistema estrutural-material e um subsistema simbólico que articulam as relações sociais entre os diferentes indivíduos e grupos. O nível da sociedade engloba, penetra e irriga o universo dos indivíduos, das interações e da organização – a sociedade é o sentido, domínio e condição do sentido. O processo de socialização ou aculturação condiciona o indivíduo aos seus grupos, ensina-lhe um conjunto de gestos, de atitudes, de comportamentos que lhe permitirão atuar em conformidade com as normas (escritas ou não), ser reconhecido como um integrante de grupos e distinguir-se das pessoas pertencentes a outros grupos. Esse processo está na base da identidade e da alteridade.

<p>Mundial ou Civilizatório</p>	<p>É, via de regra, constituído por uma rede de relações econômicas, sociais, políticas e culturais mais ampla que as sociedades nacionais. Por exemplo, pode-se considerar a existência das civilizações ocidental, africana, islâmica, sínica (chinesa), hindu, ortodoxa, latino-americana, budista e japonesa. No contexto atual, a globalização dos mercados é acompanhada por uma globalização dos contatos culturais, políticos, ecológicos, etc. A Terra-pátria vive uma agonia planetária (MORIN; KERN, 1995).</p>
<p>Complexidade e Inter- dependência</p>	<p>Esta interdependência precisa ser evidenciada, ainda que seja destacado um ou outro nível de análise. O paradigma da complexidade (MORIN; KERN, 1995) facilita a percepção da interdependência enquanto alerta para a necessidade de evitar-se a unilateralidade ou disjunção entre os níveis.</p>

Fonte – Elaboração própria, a partir de Chanlat (1996), Morin e Kern (1995).

Chanlat (2010, p. 150) argumenta que, ao longo das últimas três décadas, a dinâmica do capitalismo fez surgir uma “hegemonia tripla”: a) “hegemonia do domínio econômico” com a lógica do mercado crescentemente mais forte; b) “hegemonia da empresa” que se afirma por influência do modelo empresarial privado sobre outros tipos de organizações; c) “hegemonia das categorias de pensamento gerencial” (CHANLAT, 2010, p. 150). Esta avaliação do autor parece contrária à ideia da emergência das dimensões esquecidas ou fundamentais, mas de fato o que ocorre é um paradoxo compreensível por meio do qual as duas tendências se afirmam e se confrontam, simultaneamente, gerando um contexto global que resiste às análises simplificadoras.

Sztompka (1998, p. 331) apresenta “as modernas teorias da agência” referindo-se às contribuições de diversos autores no âmbito da sociologia. Antes de apresentarmos o ponto de vista de Chanlat sobre a teoria da agência, convém,

portanto, situá-la com a contribuição de Sztompka. Este trata do tema em cinco tópicos: a) Walter Buckley e o conceito de morfogênese; b) Alain Touraine, Michel Crozier e Erhard Friedberg: algumas contribuições francesas; c) Anthony Giddens e a ideia de estruturação; d) Tom Burns e o grupo Uppsala: a teoria dos sistemas normativos; e) Margaret Archer e a teoria da morfogênese aperfeiçoada.

A teoria da agência, tal como se desenvolveu e se instituiu no âmbito da economia (e não no contexto da sociologia), é analisada por Chanlat (2010, p. 152) “porque é particularmente influente em muitos conceitos gerenciais” e porque, sendo a base de uma “série de abusos”, tem sido impulsionada, com a atual crise econômica, pelas “loucuras cometidas pelos setores financistas norte-americanos e internacionais durante a última década”. Chanlat (2010, p. 155) critica a teoria da agência que concebe a organização como “um lugar de custos de transação” e a relação comercial se resume a uma relação principal/agente, mandante/mandado. A empresa é percebida como uma “ficção jurídica, não tendo existência própria, e, portanto, fronteiras reais; especialmente a distinção mercado/organização [...] perde muito de seu significado” (CHANLAT, 2010, p. 156). Enfim, o autor questiona, antropologicamente, a concepção de *homo economicus* reafirmada por esta teoria pelo fato de ser uma abordagem que simplifica a gestão ao marginalizar ou relegar ao esquecimento dimensões fundamentais da natureza humana nas organizações.

Na teoria da agência desenvolvida na economia e analisada sob o ponto de vista da antropologia de Chanlat destacam-se as seguintes conclusões: há uma visão empobrecida da ação humana e o ser humano ou o agente é concebido sem vida afetiva, sem raízes sociais, sem cultura, sem história, como um ser amoral. O autor, ao final, destaca a necessidade de “a ciência da ação organizada” refletir sobre ação humana tendo como objetivo comum “a segurança da Natureza e da Humanidade” (CHANLAT, 2010, p. 181).

Ao referir-se às contribuições francesas às teorias da agência no âmbito da sociologia, Sztompka destaca Touraine e sua crítica ao estruturalismo com a ênfase na volta do ator, que faz sua própria história. Touraine acentua a relevância dos movimentos sociais, da ação coletiva. Trata-se de um ponto de vista que se aproxima da abordagem de Chanlat. Outros dois autores que Sztompka destaca são Michel Crozier e Erhard Friedberg, sociólogos das organizações. Eles consideram que os atores não existem fora de um sistema que determine o alcance de sua liberdade, mas, por outro lado, tal sistema não existe sem os atores que o produzem, o sustentam e o modificam, o que converge com a teoria da estruturação de Giddens, além de se aproximar ao enfoque de Chanlat. Ao combinar a crítica de funcionalismos e estruturalismos, Giddens “chega a negar a adequabilidade da própria noção de estrutura” (SZTOMPKA, 1998, p. 335). Ele enfatiza a natureza fluida, permanentemente mutável e totalmente

contingente da realidade social. Outro aspecto que parece convergir com a abordagem de Chanlat é que, para Giddens, é relevante a constituição corpórea ou biológica dos agentes humanos, com sua inevitável inserção no tempo e no espaço. Esta aproximação entre Chanlat e Giddens é significativa na medida em que o sociólogo britânico exerceu forte influência sobre o chamado novo institucionalismo, o que será retomado logo adiante.

Em capítulo que analisa o panorama da produção sobre análise das organizações em língua francesa contemporânea (1950-2000), Chanlat (2006) destaca as correntes da análise estratégica, da análise sociocultural, da análise psicossociológica, a corrente acionalista, a sistêmica, a sociopolítica, a antropológica, a comunicativa e a epistemológica. A noção de análise institucional consta como uma ramificação da análise psicossociológica, com enfoque crítico das instituições, herdeira, assim como a socioanálise, “dos acontecimentos sociais do final dos anos 1960, particularmente da influência que as manifestações de maio de 1968, na França, exerceram sobre a psicologia social” (CHANLAT, 2006. p. 34). Sobre análise institucional e socioanálise como parte da corrente psicossociológica, caberia considerar, entre outras, a contribuição de Petit e Dubois (1998). Para os propósitos desse ensaio, contudo, é suficiente ressaltar que na tradição greco-latina, diferentemente do que, via de regra, ocorre na tradição anglo-saxônica (WESTRUM; SAMAHA, 1984; PERROW, 1986), a análise institucional

reveste-se de uma interpretação mais crítica que leva em consideração a tensão entre o instituído e o instituinte, a questão do poder (LOUREAU, 1970; LAPASSADE, 1977; CASTORIADIS, 1982), o que será retomado ao tratarmos do conceito de instituição.

Quanto à corrente epistemológica, cabe observar que Séguin e Chanlat (1992, p. 70) fazem uma breve abordagem sobre “le paradigme de la complexité”, afirmando que Michel Serres e Edgar Morin são dois dos principais representantes desse novo e emergente paradigma que visa unir o que a sociedade tem separado: ordem e desordem, ciências humanas e ciências naturais.

MORIN: COMPLEXIDADE DO FENÔMENO ORGANIZACIONAL

Para Morin o fenômeno organizacional é caracterizado pela complexidade assim como a complexidade de que ele trata tem no seu cerne a auto-eco-organização:

O imperativo da complexidade é, também, o de pensar de forma organizacional; é o de compreender que a organização não se resume a alguns princípios de ordem, a algumas leis, a organização precisa de um pensamento complexo extremamente elaborado. Um pensamento de organização que não inclua a relação auto-eco-organizadora, isto é, a



relação profunda e íntima com o meio ambiente, que não incluía a relação hologramática entre as partes e o todo, que não incluía o princípio de recursividade, está condenado à mediocridade, à trivialidade, isto é, ao erro... (MORIN, 1998, p. 192, 193).

A lista de temas emergentes ou dimensões esquecidas nas organizações encontra ressonância nas ideias de Morin, expostas ao longo de várias décadas de sua produção, ainda que não tenha uma relação direta com o universo das organizações em sentido reificado ou hipostasiado (como empresa ou firma). Com efeito, a obra de Morin trata do fenômeno organizacional mais do que das organizações. A organização a que ele se refere, com frequência, é a sociedade nacional ou mundial, o Estado-nação, os movimentos sociais e partidos políticos, enfatizando suas crises e contradições, ou relações de ordem-desordem-reorganização, a dinâmica organizacional. O autor trata da complexidade que se inscreve no fenômeno organizacional, que por sua vez está presente em todas as instâncias e relações do universo organizacional e interorganizacional.

Numa das raras vezes que se deteve no tema empresa, Morin escreveu o seguinte:

Não temos de um lado o indivíduo, de outro a sociedade, de um lado a espécie, do outro os indivíduos, de um lado a empresa com seu diagrama,



seu programa de produção, seus estudos de mercado, de outro seus problemas de relações humanas, de pessoal, de relações públicas. Os dois processos são inseparáveis e interdependentes (MORIN, 2007, p. 87).

Estes dois processos a que se refere o autor são os relativos aos aspectos internos e externos às organizações. A dinâmica organizacional é vista por meio de três causalidades interligadas: linear, retroativa e recursiva, que proporcionam a integração dos processos internos e externos. Vejamos como o autor sintetiza estas três causalidades:

Primeiro ângulo: a causalidade linear. Se uma dada matéria-prima, ao sofrer um dado processo de transformação, produz um dado objeto de consumo, este movimento se inscreve numa linha de causalidade linear: tal causa produz tais efeitos. Segundo ângulo: a causalidade circular retroativa. Uma empresa tem necessidade de ser controlada. Ela deve efetuar sua produção em função das necessidades externas, de sua força de trabalho e de suas capacidades energéticas internas. Ora, nós sabemos – já há cerca de quarenta anos, graças à cibernética – que o efeito (uma boa ou má venda) pode retroagir para estimular ou fazer regredir a produção de objetos e de serviços na empresa. Terceiro ângulo: a causalidade recursiva. No processo recursivo, os efeitos e produtos são necessários para o processo que os gera. O produto é produtor do que o produz (MORIN, 2007, p. 86, 87).

As três causalidades “se encontram em todos os níveis de organizações complexas” (MORIN, 2007, p. 87). O autor compara o organismo humano, a sociedade e a empresa, ao considerar estas formas de organização complexas, em que o todo está na parte que está no todo. No organismo humano, cada célula contém a totalidade do código genético. Na sociedade, desde a infância o conjunto organizacional se imprime na mente da criança pela educação familiar e pela educação escolar. São “sistemas extremamente complexos onde a parte está no todo e o todo está na parte. Isso é verdade para a empresa que tem suas regras de funcionamento e no interior da qual vigoram as leis de toda a sociedade” (MORIN, 2007, p. 88). A consequência maior desta reflexão é a de que o isolamento da organização, para fins de análise ou de prescrição visando uma eficiente divisão de trabalho, pressupõe uma simplificação epistemológica, uma disjunção entre a organização e seu entorno (histórico, social, ecossistêmico) e favorece uma percepção limitada da complexidade dos seres humanos, ou seja, da natureza humana (MORIN, 1973), no interior das organizações. Neste aspecto encontramos o ponto de contato entre as abordagens de Morin e de Chanlat. Este último ressalta diferentes níveis organizacionais (conforme quadro 1), a interdependência e a complexidade entre eles, enquanto o primeiro ressalta as ambivalências, as múltiplas causalidades (linear, retroativa, recursiva) entre as diversas realidades do fenômeno organizacional, considerado uno-múltiplo.

Para Morin, a burocracia é vista como sinônimo de administração e é considerada ambivalente:

A burocracia é racional porque aplica regras impessoais válidas para todos e assegura a coesão e a funcionalidade de uma organização. Mas, por outro lado, esta burocracia pode ser criticada como sendo um puro instrumento de decisões não necessariamente racionais. A burocracia pode ser considerada um conjunto parasitário onde se desenvolve toda uma série de bloqueios, de atravancamentos que se transformam em fenômeno parasitário no seio da sociedade (MORIN, 2007, p. 90, 91).

Para Morin, o problema da burocracia se apresenta sob o duplo ângulo do parasitário e do racional. O autor questiona a sociologia por não ter rompido a barreira entre estas duas dimensões e afirma que o problema “deve ser colocado antes de mais nada em termos fundamentais no plano da complexidade” (MORIN, 2007, p. 91).

Na empresa, segundo o autor, o “vício da concepção tayloriana do trabalho foi o de considerar o homem unicamente como uma máquina física” (MORIN, 2007, p. 91).

Num segundo momento, diz o autor, compreendeu-se também que há um homem biológico, adaptando-se o mesmo ao seu trabalho e as condições de trabalho a esta concepção biológica do humano. Depois, ao se compreender que existe um

homem psicológico, frustrado pela divisão do trabalho, inventou-se o enriquecimento das tarefas. A evolução do trabalho ilustra a passagem da unidimensionalidade para a multidimensionalidade. Estamos apenas no início deste processo (MORIN, 2007, p. 91).

Segundo Morin, as relações no interior de uma organização ou empresa, assim como de uma sociedade, são simultaneamente complementares e antagônicas e tal “complementaridade antagônica” está “baseada numa ambiguidade extraordinária” (MORIN, 2007, p. 91). Isto porque “as organizações têm necessidade de ordem e necessidade de desordem” (MORIN, 2007, p. 89). Esta conclusão está baseada numa concepção complexa da organização (física, biológica, antropossocial), para a qual não há receita de equilíbrio além da regeneração permanente:

Toda organização, como todo fenômeno físico, organizacional e, claro, vivo, tende a se degradar e a degenerar. O fenômeno da desintegração e da decadência é um fenômeno normal. [...] Não há nenhuma receita de equilíbrio. A única maneira de lidar contra a degenerescência está na regeneração permanente, melhor dizendo, na atitude do conjunto da organização a se regenerar e a se reorganizar fazendo frente a todos os processos de desintegração (MORIN, 2007, p. 89).

A partir do que foi exposto, constatamos convergência e complementaridade significativas entre as abordagens de Chanlat e Morin. Pois bem, a seguir, questionamos: como se apresenta o institucionalismo e suas variantes, nesse contexto? Até que ponto a perspectiva institucional poderia representar uma resposta confiável aos desafios das relações de ordem-desordem-reorganização, segundo a perspectiva moriniana?

INSTITUIÇÃO E INSTITUCIONALISMOS

O conceito de instituição é “impreciso” e tem um “duplo sentido” (BARBIER, 1985, p. 129): por um lado, designa um estabelecimento ou organização, um sistema honorífico, um serviço público, um símbolo nacional, uma nova disciplina científica, um sistema jurídico, etc. Por outro, “a instituição está em tudo, pois tanto se pode falar em nível geral (as instituições da república) como em nível pessoal” (BARBIER, 1985, p. 129), como na limitação psicológica derivada de tabus ou sistema de parentesco. A instituição se encontra sem descontinuidade no macro e no microsocial, “com um simbolismo quase sempre inconsciente e mesmo assim bastante impositivo” (BARBIER, 1985, p. 129).

Etimologicamente, instituição significa o que está estabelecido, derivando do latim *instituire* (colocar em). Em sentido próprio e figurado, esse termo significa

estabelecer, construir, preparar, fundar, regulamentar, dispor, começar, empreender, resolver-se a, adestrar, ensinar, instruir. Barbier conclui que tal riqueza etimológica torna o conceito ambíguo, concordando com autores como Lourau (1970) e Castoriadis (1975) que analisaram detidamente a genealogia do conceito. Castoriadis critica a visão econômico-funcional, dominante, que visa explicar a existência da instituição e “suas características (idealmente, até os mínimos detalhes) pela *função* que a instituição preenche na sociedade e as circunstâncias dadas, por seu papel na *economia de conjunto* da vida social” (CASTORIADIS, 1982, p. 140. Grifos dele). Ele contesta essa visão na medida em que a mesma se limita a reconhecer as funções vitais das instituições na sociedade, esvaziando seus aspectos simbólicos e viabilizando, assim, um processo de autonomização das instituições com relação à sociedade. A visão funcionalista, segundo Castoriadis, tanto na vertente liberal quanto na marxista, apresenta-se como tendo acesso à realidade das necessidades sociais, mas o faz na medida em que minimiza o simbolismo (tornando-o funcional às instituições). Enfim, para Castoriadis (apud BARBIER, 1985, p. 132), a instituição é “uma rede simbólica, socialmente sancionada, na qual se combinam em proporções e relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário”. Para o filósofo grego há uma tensão histórica permanente entre sociedade instituída e sociedade instituinte.

Outro autor que muito contribui para o debate sobre a ambiguidade do conceito de instituição é Alberoni (1991), para quem o objeto central de estudo é o estado ou condição nascente. Ele mostra, inicialmente, que a polaridade entre o instituído e o não-instituído ou instituinte não é nova, aparecendo com frequência nas obras de diversos autores. Abaixo, apresentamos um quadro sinótico dessas polaridades ou classes de fenômenos sociais:

Quadro 2 – Fenômenos sociais instituintes e instituídos

Weber	Poder carismático, extraordinário, com base na fé da revelação.	Poder patrimonial e burocrático ligado à ordem da estabilidade e da vida cotidiana.
Tönnies	Comunidade, com base na vontade essencial.	Sociedade, com base no contrato.
Durkheim	Estados de ebulição coletiva, período de criação e renovação.	Períodos estáveis, organizados, com base na solidariedade mecânica ou orgânica.
Simmel	Desenvolvimento social como contínua erupção da vida	Cristalização de formas estabelecidas.
Marx	Períodos em que uma nova classe social se sobressai na história, graças a movimentos e revoluções.	Períodos de estabilidade e conservação.
Nietzsche	Momento dionisíaco, baseado na música, nos instintos, no entusiasmo e no excesso.	Momento apolíneo, baseado no equilíbrio formal e no comedimento.
Bergson	Moral e religião abertas, com base no impulso vital, na paixão, na criação e no amor.	Moral e religião fechadas, com base na repetição e no hábito.
Sartre	Sociedade revolucionária, da fusão.	Sociedade serial.
Mannheim	Pensamento utópico, dirigido para aquilo que não existe na situação atual.	Pensamento ideológico, que justifica o existente.

Fonte – Elaboração própria a partir de Alberoni (1991, p. 16, 17).

Segundo Alberoni, o estado nascente é uma experiência cognoscitiva, que se processa no interior do indivíduo, uma metanoia que o indivíduo pode analisar, narrar. É um fenômeno ao mesmo tempo individual e coletivo, pois ao viver tal experiência o indivíduo tende a formar um campo de solidariedade intenso, com uma capacidade de renovação, de risco, que rompe com a vida cotidiana, acionando um núcleo social, em que os indivíduos se reconhecem uns aos outros, exercendo uma ação de mobilização e direção. O estado nascente “não é uma condição mental que o indivíduo alcança com determinadas práticas. É uma subversão, uma guinada, um novo modo de olhar para o mundo e para si próprio” (ALBERONI, 1991, p. 13). A unidade elementar do movimento, segundo o autor, não é o chefe. É o pequeno grupo formado “quando duas ou três pessoas no estado nascente se encontram, se reconhecem, se identificam e começam a elaborar uma ação comum” (ALBERONI, 1991, p. 13).

Os grandes movimentos apenas surgem quando, no sistema social, estão maduras as condições econômicas, sociais e culturais que viabilizam a emergência de muitos e simultâneos processos de estado nascente.

Para o autor, o “*movimento é o processo histórico que vai do estado nascente à instituição e que acaba quando a instituição já está consolidada e mais uma vez só representa o cotidiano*” (ALBERONI, 1991, p. 14. Grifos dele). Há dois polos opostos: o estado

nascente e a cotidianidade. Entre tais polos o movimento e a instituição que ele gera representam a ponte.

O autor conclui que

O estado nascente emerge rasgando a vida cotidiana, como acontecimento revolucionário. Através do movimento, gera a *instituição*, que guarda no coração algo do estado nascente, de que é herdeira e guardiã. Finalmente, até esta energia desaparece e só fica a mera repetição, o hábito, a forma desprovida de significado. (ALBERONI, 1991, p. 14).

A reflexão de Alberoni se encaminha para a distinção entre dois tipos principais de instituição derivadas da experiência fundamental do estado nascente: as instituições de reciprocidade e as de dominação. Entre estes dois tipos ideais, diversos outros são elaborados.

Diferentemente de Alberoni e Castoriadis, que raramente são tomados como referência por autores institucionalistas no campo dos estudos organizacionais, Berger e Luckmann, especialmente a obra *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*, já em sua 23ª edição, é um referencial constante. Para Berger e Luckmann (2003, p. 79), "a institucionalização ocorre sempre que há uma

tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores”. Afirmam também que as instituições, pelo simples fato de existirem, “controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis” (Ibid, 79-80). Institucionalistas como Tolbert e Zucker (1998, p. 207), por exemplo, analisam, a partir da obra de Berger e Luckmann, os “processos inerentes à institucionalização”, destacando a “habitualização”, a “objetificação” e a “sedimentação”.

Feita essa introdução à complexa ideia de instituição, passamos agora às características centrais do institucionalismo, destacando aspectos históricos e conceituais. De acordo com Fonseca (2003, p. 48) o chamado neoinstitucionalismo tem conquistado destaque no campo dos estudos organizacionais desde meados da década de 1980, sendo apontado na literatura especializada como tentativa de contraposição ao modelo racionalista e seu foco nas exigências técnicas dos processos gerenciais e produtivos, voltando-se para o “exame de redes de ação das organizações”. A reconceituação do ambiente teria sido, segundo Scott (1981), a grande contribuição dos seguidores da abordagem institucional para o tratamento de questões organizacionais. Entretanto, veremos adiante que tal reconceituação se apresenta, em nossa avaliação e à luz das contribuições de Chanlat e Morin, como uma das fragilidades desta abordagem.

Por enquanto, cabe observar aspectos que distinguem o “antigo” do “novo” institucionalismo. De acordo com Fonseca,

[...] a origem da chamada abordagem institucional, ou neoinstitucionalismo, remonta a alguns conceitos formulados no final do século XIX, sob o impulso dos debates empreendidos na Alemanha acerca do método científico. Na antiga tradição da economia, representada por Thorstein Veblen, John Commons e Westley Mitchel, da sociologia de Émile Durkheim e Max Weber, na reação da ciência política aos excessos da revolução behaviorista e, mais tarde, nos esforços de funcionalistas como Talcott Parsons e Philip Selznick em compreender a relação existente entre política, economia e sociedade, encontra-se a base do renovado empenho pela procura de respostas para as eternas dúvidas sobre o modo como as escolhas sociais são modeladas, mediadas e canalizadas pelos arranjos institucionais [...] (FONSECA, 2003, p. 48).

Esses aspectos a respeito da origem histórica do institucionalismo sinalizam uma certa ambivalência epistemológica entre as contribuições de autores clássicos, como Durkheim, representante do positivismo (do qual descende o funcionalismo), e Weber, representante da hermenêutica (e da fenomenologia), conforme a densa análise destes autores proporcionada por Domingues (2004). Não é de estranhar, portanto, que, como afirmam Tolbert e Zucker (1998, p. 197), “há pouco consenso

sobre a definição de conceitos-chave, mensurações ou métodos no âmbito desta tradição teórica”.

Seguindo a argumentação de Fonseca (2003, p. 49), o neoinstitucionalismo representa uma “tentativa de continuação” da sua versão mais antiga, e não apenas uma nova roupagem. Apesar disso, divergências também existem entre as duas perspectivas. A autora destaca as seguintes divergências: a) orientação política do antigo institucionalismo, expressa na ênfase dada ao “conflito de interesses na formulação da ação organizacional, pouco considerado no tratamento atual” (FONSECA, 2003, p. 49); b) conceito de ambiente, concebido como “componente constitutivo da organização pela nova geração” (FONSECA, 2003, p. 49), enquanto no antigo institucionalismo era “mero campo fornecedor de elementos de cooptação” (FONSECA, 2003, p. 49); c) transição do pensamento com base na “teoria da ação parsoniana, arraigada na abordagem freudiana do ego, para a utilização dos princípios da teoria da ação prática, originária da etnometodologia e da revolução cognitiva da psicologia” (FONSECA, 2003, p. 49).

Enquanto Fonseca (2003) defende a abordagem neoinstitucionalista, Misocky (2003) a critica, concebendo a obra de Parsons como base tanto do antigo quanto do novo institucionalismo, visto a partir da contribuição de DiMaggio e Powell.

A abordagem crítica de Misocky (2003, p. 165, 166) é baseada na contribuição de Bourdieu. Ela conclui que a perspectiva institucional focaliza “resultados, em realidades fenomênicas”, e que, segundo tal enfoque, os “agentes são fenômenos da estrutura”, a “ação é igual a comportamento social, é reativa e adaptativa”, a “organização é reificada”, os “sistemas culturais estruturam o campo organizacional”; o campo é concebido como um “agregado de organizações em conflito ou cooperação a partir de influências do ambiente” e como um conjunto de “sistemas de regras compartilhadas”; a autora conclui também que a perspectiva institucional ressalta a “homogeneidade”, a “legitimidade das estruturas existentes” e que “o campo organizacional está em um ambiente reificado”. Para ela, a perspectiva institucional destaca a “fase de estruturação” das organizações seguida de institucionalização e a “estabilidade evolutiva das estruturas”. Por fim, considera que, enquanto na obra de Bourdieu há uma “articulação dialética entre objetivismo e subjetivismo”, na perspectiva institucional existe um “objetivismo”; enquanto a perspectiva de Bourdieu é concebida como “construcionismo estruturalista ou estruturalismo construcionista”, a perspectiva institucional é caracterizada pelo “positivismo sistêmico”. Mangi (2009), por sua vez, amplia o argumento de Misocky, dizendo que o institucionalismo, ao abrir espaço para as metáforas cognitivistas dos modelos mentais (*scripts* e *schemas*), ao invés de adotar a noção de *habitus*, reforça algumas dicotomias das ciências sociais, como agência/estrutura e indivíduo/sociedade.

Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) avançam numa direção diferente de Misocky, sem desconsiderar totalmente a contribuição de Bourdieu e a ênfase nas relações de poder, à medida que tomam como referência a teoria da estruturação de Giddens. Nesta teoria, considera-se estrutura o

conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; as características institucionalizadas de sistema sociais têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas através do tempo e do espaço (GIDDENS, 1989, p. xxv).

A abordagem de Giddens e a de Morin se aproximam, parcialmente, na consideração da recursividade dinâmica entre os agentes ou sujeitos e as estruturas nas quais estão inseridos, sendo por elas parcialmente condicionados, influenciados, assim como habilitados. Ainda que Giddens esteja aberto ao diálogo entre sociólogos e geógrafos, ele faz uma distinção entre ciências sociais e ciências naturais que Morin busca ultrapassar pela dialógica recursiva, pela consideração da inter e da transdisciplinaridade como um desafio maior e mais contemporâneo do que a demarcação das diferenças, o que poderia reforçar a disjunção, à separação já instituída entre ciências sociais e naturais.

Morin, diferentemente de sociólogos que se limitam às relações entre indivíduo e sociedade, elabora sua teoria da organização complexa associando e distinguindo



quatro níveis de organização: a) no sistema físico (átomo); b) no sistema vivo (célula); c) no sistema social (cultura, associação); d) no sistema de ideias (noosfera). Na sua sociologia (1998), o autor relaciona o microssocial ao macroplanetário, criticando a cientificidade limitada da sociologia parcelar e abstrata que se instalou

numa banda média, um *middle-range* de onde perdeu a vista do concreto, dos acontecimentos, dos fenômenos, da vida cotidiana, do presente, e ao mesmo tempo perdeu a vista dos grandes problemas antropossociais (MORIN, 1998, p. 13).

Nord e Fox (2004) analisam, por outro lado, o processo de desaparecimento do indivíduo nos estudos organizacionais, que desde a década de 1970 passam a enfatizar o indivíduo no seu contexto físico ou social, com crescente relevância destes aspectos sobre o indivíduo. No caso do novo institucionalismo, que enfatiza as organizações nos setores, distinguindo-se do velho institucionalismo, que enfatiza a análise das organizações tomadas individualmente, nota-se também um processo senão de desaparecimento pelo menos de minimização da relevância do indivíduo. Para Chanlat (1996), como vimos, analisar a dimensão esquecida do indivíduo, como um ser biopsicossocial, continua relevante, assim como para Morin (2002; 2005a).

A partir do exposto acima, sem entrar aqui no debate sobre diferenças de enfoque crítico entre Morin, Bourdieu e Giddens (o que por si só representaria um desafio para um ensaio teórico específico), pode-se deduzir que, enquanto para os institucionalistas a institucionalização das organizações é uma resposta adequada ao desafio das relações ordem-desordem-reorganização, resultando em estabilidade e sobrevivência, para um enfoque crítico moriniano tal resposta é inadequada, limitada e unilateral. Para Morin, não há progresso ou desenvolvimento sem regressão e destruição, especialmente desde o final do século XVIII. Há uma policrise, não um único ou maior problema a ser tratado isoladamente. Nem mesmo o problema da tecnociência, que “depende do conjunto da civilização que hoje depende dela” (MORIN; KERN, 1995, p. 98). O autor percebe profunda e complexa crise onde o enfoque institucionalista tende a ver estabilidade e sobrevivência. “Trata-se de diminuir a marcha para evitar ou uma explosão, ou uma implosão. Trata-se de desacelerar para poder regular, controlar e preparar a mutação. A sobrevivência exige revolucionar o devir” (MORIN; KERN, 1995, p. 100). A seguir, para uma compreensão mais ampla do institucionalismo sob a perspectiva moriniana, destacam-se as noções de ambiente.

AMBIENTE, INSTITUCIONALISMO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E A CRÍTICA MORINIANA

Caldas e Fachin (2007) consideram que o funcionalismo ainda representa a ortodoxia no campo dos estudos organizacionais. Também consideram que uma das teorias que o funcionalismo gerou desde o início da década de 1980 foi o neoinstitucionalismo e que no Brasil há uma lacuna de estudos sobre os últimos desdobramentos do paradigma funcionalista. Os autores destacam a contribuição de Machado-da-Silva no contexto brasileiro, por defender uma perspectiva estrutural-fenomenológica para o neoinstitucionalismo, visando superar diversas dicotomias nos estudos organizacionais, como a dicotomia entre determinismo e voluntarismo (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010). No trecho abaixo fica claro o posicionamento

[...] a favor de uma abordagem recursiva do processo de institucionalização, ressaltando que as noções de estrutura, agência e interpretação são mais apropriadamente tratadas quando definidas como elementos fundamentais da institucionalização como processo recorrente, garantido e condicionado, não determinado, por certo grau de estabilização dos sistemas sociais (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010, p. 78).

Tomando como referência Selznick (1996), Fonseca (2003, p. 49) destaca a legitimidade como “imperativo” organizacional, “o reconhecimento da estrutura formal como produto institucionalizado e, portanto, fortemente adaptativo às influências ambientais pelos adeptos do neoinstitucionalismo”. Fonseca (2003, p. 49) acentua que a principal contribuição dos neoinstitucionalistas à teoria organizacional é a “ênfase na influência do ambiente, ao colocar a legitimidade e o isomorfismo como fatores vitais para a sobrevivência das organizações”. A autora conclui, a respeito da relação entre organização e ambiente, que as escolas estruturalista, comportamental e contingencial, ou mesmo a ecologia populacional, não “conseguiram explicar satisfatoriamente essa relação” [...] “por visualizarem o ambiente apenas como categoria residual formada por dimensões objetivas, como recursos materiais” (FONSECA, 2003, p. 49).

Com base em diversos autores neoinstitucionalistas, Fonseca (2003, p. 55) distingue dois tipos de ambiente (e por consequência dois tipos de isomorfismo), da seguinte forma: o ambiente técnico é definido como aquele que se baseia na troca de bens e serviços e no qual as organizações são avaliadas pelo processamento tecnicamente eficiente do trabalho. Afirma que “o controle ambiental é exercido sobre os resultados em termos de quantidade e qualidade, modelando as organizações por meio do isomorfismo competitivo” (FONSECA, 2003, p. 55). Empresas privadas em geral são exemplos de organizações relacionadas a esse

tipo de ambiente. O ambiente institucional, por sua vez, é caracterizado pela “elaboração e difusão de regras e procedimentos, que proporcionam às organizações legitimidade e suporte contextual” (FONSECA, 2003, p. 55). O controle ambiental, então, ocorre na medida em que há uma “adequação da forma organizacional às pressões sociais, resultando em isomorfismo institucional” (FONSECA, p. 55). Organizações como igrejas, escolas, hospitais públicos, órgãos governamentais e científicos são apontados pela autora como exemplos de influência de fatores institucionais. Apesar da distinção entre ambiente técnico e institucional, a autora, seguindo ainda diversos autores neoinstitucionalistas, admite que

[...] tratar as distinções propostas como facetas de uma mesma dimensão talvez se revele uma alternativa mais promissora [já que] os mercados também se constituem como sistemas estruturados institucionalmente, sustentados por crenças relativas à propriedade privada e por normas que regulam historicamente a honestidade das trocas (FONSECA, 2003, p. 56).

Em nosso modo de ver, e tomando como referência o enfoque crítico moriniano, a distinção de Fonseca (2003) entre ambiente técnico e institucional têm frágil sustentação, já que se limita a uma abordagem antropocêntrica, bem distante da ecologia social ou ecossistemismo (conforme definição abaixo). Isto é



compreensível no contexto da história da autoafirmação institucional das ciências sociais/humanas, que surgem historicamente sob a hegemonia das ciências naturais (SOARES, 2001; DOMINGUES, 2004). Edgar Morin escreve o seguinte:

A noção de meio, limitada pela sua origem geográfica, impõe necessariamente antolhos quando se trata de complexidade, ou seja, de ciência do vivo ou de ciência social. Remete unicamente para características *físicas* que atuam por determinismo ou condicionamento sobre os seres vivos ou sociais. Mais rica, por ser mais envolvente (e de conotação eventualmente placentária), mas mais vaga, é a noção de ambiente, atualmente em voga. Mas tanto ambiente como meio ignoram dois caracteres fundamentais: 1. O conjunto dos fenômenos num dado nicho ecológico constitui, pelas suas interações, um sistema de tipo original: o ecossistema; 2. Todo o organismo (sistema aberto) está intimamente ligado ao ecossistema numa relação fundamental de dependência-independência, em que a independência aumenta ao mesmo tempo que a dependência (MORIN, 1998, p. 114).

Para Morin, a ecologia social (ecossistemismo) não é uma disciplina no sentido tradicional do termo, mas uma

ciência das interações entre elementos (sistemas) de natureza diferente (geológicos, climáticos, vegetais, animais, humanos, sociais, econômicos,



tecnológicos, mitológicos, etc.) no seio de um “nicho” natural ou de uma aglomeração social. Ora, estas interações têm um caráter sistêmico, quer dizer, sofrem ou estabelecem constrangimentos, regularidades, ciclos, complementaridades, antagonismos, etc., cujo conjunto constitui um *ecossistema* para todos os sistemas que nele estão imersos (MORIN, 1998, p. 120).

Assim, na perspectiva moriniana, pressupõe-se uma vinculação fundamental e dinâmica entre ambientes naturais e sociais/culturais. Seres humanos são 100% naturais e 100% culturais – há unidualidade entre cérebro e mente/espírito, assim como entre sociedade e natureza. Dito de outra forma, para Morin as noções de sociedade, indivíduo e espécie não devem ser desarticuladas, sob o risco de incompreensão das mesmas e reprodução do paradigma disjuntor-reductor, que segundo ele está na base da crise mundial contemporânea (MORIN, 2013). A sociabilidade, nessa perspectiva, está distribuída no reino animal, não é monopólio dos humanos, ainda que a sociabilidade humana seja mais complexa que a de outros animais. O ambiente é visto como sistema aberto, como ecossistema, que inclui e viabiliza a vida social, fornecendo-lhe as condições fundamentais, ao mesmo tempo em que é interpretado, construído e modificado pela dinâmica das sociedades.

A relação ecossistêmica é muito vasta; vai da relação metabólica à relação cognitiva, une a relação sensorial e a relação psicológica; a relação psicológica não é só cognição; assim como os arcaicos projetavam no seu ambiente os seus poderes fantasmáticos que tomavam formas de mitos e de deuses, também os modernos projetam no seu ambiente sociourbano-técnico uma mitologia que ainda não deixou de causar maravilha. [...] O ecossistema é não só presença imanente na experiência fenomênica, mas também *presença co-organizadora* na auto-organização da personalidade (que também depende da informação genético-cultural). Assim, *é a dependência da independência que deve vir a ser a grande aquisição da nova ciência ecológica, enquanto o antigo determinismo linear e unívoco se desvanece na descoberta da relativa independência da dependência (determinismo interno e resposta aleatória do organismo)*. (MORIN, 1998, p. 118. Grifos dele).

Essa abordagem complexa (inter e transdisciplinar) de Morin não é alcançada pelas vertentes antiga ou neoinstitucionalista, que frequentemente se limitam ao enfoque disciplinar (sociologia organizacional). Entretanto, esta conclusão parece simplista sem o reconhecimento de que o institucionalismo tem se diversificado, permeando diversas ciências humanas, além de contar com aspectos críticos, especialmente na tradição greco-latina.

Théret (2003), na linha de argumentação aberta por Hall e Taylor (2003), admite que o institucionalismo desenvolveu-se em três correntes ou versões na ciência política: o institucionalismo histórico, da escolha racional e sociológico. A partir desta distinção de Hall e Taylor (2003), Théret sustenta que houve também uma diversificação semelhante na economia e na sociologia. Na economia, segundo ele, desenvolveu-se a nova economia institucional a partir do institucionalismo da escolha racional, a economia das convenções, a partir do institucionalismo sociológico, e a teoria da regulação, a partir do institucionalismo histórico. Na sociologia, desenvolveu-se o chamado institucionalismo sociológico, o da escolha racional e o institucionalismo histórico sob a forma de sociologia histórica e cultural.

Quadro 3 – Correntes institucionalistas nas ciências sociais

Desenvolvimento dos Institucionalismos		
<i>Na ciência política</i>	<i>Na economia</i>	<i>Na sociologia</i>
Histórico	Nova economia institucional	Sociológico
Escolha racional	Economia das convenções	Escolha racional
Sociológico	Teoria da regulação	Sociologia histórica e cultural

Fonte – Elaboração própria a partir de Théret (2003).

Essa classificação ampla e diversificada supera a classificação binária entre novo e antigo institucionalismo, mas também não alcança a complexidade (inter e transdisciplinar) da abordagem moriniana no que se refere à relação entre as

ciências humanas e a ecologia. As múltiplas formas do institucionalismo, entretanto, permitem uma compreensão multidisciplinar ou mesmo interdisciplinar de médio alcance sobre as relações entre política, economia e sociedade. Scott (2008), ao estabelecer relações entre as diversas ramificações da teoria institucional nas ciências sociais, evita identificar um denominador comum entre elas e apresenta o processo de institucionalização como inerentemente histórico, além de dar maior atenção à mudança institucional.

Théret (2003) corrobora a avaliação e a expectativa de Hall e Taylor (2003) quanto a possíveis convergências interdisciplinares entre diferentes versões do institucionalismo. Para Hall e Taylor (2003), o pivô da evolução convergente entre os três institucionalismos no âmbito da ciência política tem sido o institucionalismo histórico. Théret (2003) vai além da ciência política e considera que há uma tendência a uma "síntese institucionalista":

À luz de desenvolvimentos recentes nos três grandes polos do novo institucionalismo, impulsionados por suas insuficiências teóricas iniciais, é possível pensar dessa maneira, mas é preciso fazer a ressalva de que essa é uma simples tendência, sempre problemática e que não levará ao desaparecimento da diversidade de paradigmas (THÉRET, 2003, p. 240).

Théret (2003, p. 251) acredita que o “ponto focal” da possível síntese ou integração de paradigmas (termo este não questionado por ele) seja a concepção “mediana de instituição”, segundo a qual a instituição é vista como “convenção para a cooperação e forma de regulação de conflitos para a ação coletiva estratégica e rotineira”. A abordagem do autor

conduz a um quadro onde o conceito ideal de instituição para o qual tendem a conduzir essas pesquisas é localizado à meia distância entre, de um lado, o holismo e o individualismo metodológico e, de outro, o universalismo nomológico e o culturalismo idiográfico (THÉRET, 2003, p. 251, 252).

Dito de outra forma, de um lado estaria o holismo e o universalismo de Durkheim, de outro o individualismo metodológico e o culturalismo idiográfico de Weber e, no centro, aparentemente, duas possibilidades: a) defesa do *status quo*, do instituído; b) um processo complexo, tenso e recursivo, entre aspectos instituídos e instituintes, como parte de um processo de institucionalização. Percebe-se, portanto, que a ambivalência epistemológica da perspectiva institucionalista mantém-se desde suas raízes entre os autores clássicos até pesquisas da última década, que vislumbram uma possível, ainda que problemática, síntese ou convergência interdisciplinar no âmbito das ciências sociais (ciência política, economia e sociologia).

Poderíamos concluir, então, que há uma insensibilidade quanto à crise ecológica, na perspectiva institucionalista voltada para os estudos organizacionais? No início da década de 1970, na qual ocorreu uma significativa mudança institucional a favor da defesa do meio ambiente (LEIS, 1999), o sociólogo institucionalista Perrow (1973) critica com razão o determinismo da abordagem funcionalista denominada ecologia das populações, mas paradoxalmente reforçando, em contrapartida, uma leitura antropocêntrica e centrada nos interesses das organizações sobre o meio ambiente, sem uma preocupação quanto à extinção de espécies e de ecossistemas. A complexidade das organizações é considerada por Perrow de forma apenas quantitativa. Seus níveis de análise incluem o individual, o grupo, o departamento, a divisão, a organização, a interorganização e o conjunto organizacional (*organizational set*). A base biofísica, o ecossistema, a base ecogeográfica, que se observa no quadro 1, no enfoque de Chanlat, desaparece ou é minimizada em muitas abordagens institucionalistas. Tal insensibilidade ecológica, entretanto, é reduzida com Giddens (1985), que com sua teoria da estruturação influenciou diversos institucionalistas e recentemente tornou-se uma referência mundial no debate sobre a mudança climática (GIDDENS, 2010). No âmbito nacional e no campo dos estudos organizacionais, Barbieri *et al* (2010) propõem o modelo das organizações inovadoras sustentáveis (a partir da conjugação das dimensões social, ambiental e econômica) e Assis (2011)

busca articular uma certa interpretação da contribuição de Morin com o neoinstitucionalismo na abordagem de um complexo problema socioambiental.

A abordagem da complexidade de Morin (2005b), entretanto, parece não somente superar a abordagem que o autor denomina complexidade restrita ou baixa (predominante no Santa Fe Institute), mas também vai além da abertura interdisciplinar observada entre os institucionalistas, especialmente no que se refere à noção de ambiente e de natureza humana.

A via para o futuro da humanidade, segundo Morin, requer uma superação de polaridades alternativas, expressas por termos tais como mundialização e desmundialização, crescimento e decrescimento, desenvolvimento e envolvimento, conservação e transformação. A teoria política do pensamento complexo moriniano implica simultaneidade entre tais alternativas: “É preciso *simultaneamente* mundializar e desmundializar, crescer e decrescer, desenvolver e reduzir, conservar e transformar” (MORIN, 2013, p. 41. Grifo dele). Ele defende uma “reproblematização generalizada” (MORIN, 2013, p. 41) das instituições globais e locais (em diversas áreas ou políticas públicas), reconhecendo que

Em todos os continentes, em todas as nações, já existem efervescências criativas, uma profusão de iniciativas locais no sentido da regeneração

econômica, ou social, ou política, ou cognitiva, ou educacional, ou ética, ou existencial. Mas tudo o que devia ser religado encontra-se disperso, separado, compartimentado. As iniciativas desconhecem a existência umas das outras, nenhuma administração as menciona, nenhum partido toma conhecimento delas. Elas, porém, são o viveiro do futuro. Trata-se de reconhecê-las, de enumerá-las, de examiná-las, de repertoriá-las, a fim de abrir uma pluralidade de vias reformadoras. São essas múltiplas vias que, ao se desenvolverem em conjunto, poderão conjugar-se para formar a nova Via, que, por sua vez, desarticulará a via que seguimos e nos dirigirá rumo à ainda invisível e inconcebível Metamorfose (MORIN, 2013, p. 41).

Segundo esse enfoque, a institucionalização de organizações, sem sua regeneração permanente, leva à degradação das mesmas. A organização requer desordem e capacidade de reorganização, auto-eco-organização, ou seja, organização permanente e pertinente aos seus respectivos ambientes, ecossistemas. A economia, assim, é concebida como plural (moderna e tradicional, global e local, etc.), reinserida em comunidades, que podem contar com certas dinâmicas planetárias, mas privilegiam as economias de proximidade. Na obra de Morin a economia social e solidária e empreendimentos econômicos ecologicamente sustentáveis são articulados por uma política de civilização que considera necessário passar de situações de baixa complexidade (BC) para situações de alta complexidade (AC) institucional. Enquanto o tipo BC comporta

dominação e exploração da sociedade pelo centro e pela cúpula do poder, o tipo AC viabiliza a expressão de antagonismos e de concorrência de interesses e ideias, no âmbito das leis democráticas, tolerando desordens e incertezas, respondendo aos riscos. AC comporta autonomia individual e civismo. Enquanto em BC há tendência à hiperespecialização, em AC há tendência à integração de múltiplas comunicações, especializações e policompetências. Enquanto em BC há tendência à integração rígida e repressiva, liberdades reduzidas, múltiplos controles, etiqueta, rituais – em AC há tendência à hierarquia de níveis de organização com fraca hierarquia de controle e forte componente poliárquico e anárquico (MORIN, 2002).

A alta complexidade é, contudo, ameaçada, nas sociedades contemporâneas, pelos progressos que a possibilitaram: na medida em que a técnica e a burocracia desempenham um papel cada vez mais importante, vastos setores da vida dos indivíduos são invadidos pela lógica da máquina artificial (hiperespecialização, mecanização, cronometrização, uniformização). A avalanche tecno-econômica homogeneizadora tende a eliminar a diversidade. Daí o aparecimento de novos problemas... (MORIN, 2002, p. 191).

CONCLUSÕES

Nesse ensaio, tratamos das relações entre a obra de Morin e algumas das perspectivas teóricas já reconhecidas e legitimadas no campo dos estudos organizacionais. O pressuposto do qual partimos é o de que a perspectiva moriniana pode ser melhor compreendida e inserida no campo dos estudos organizacionais à medida que se estabelecer um paralelo comparativo da mesma com outras perspectivas, como a de Jean-François Chanlat e a perspectiva do institucionalismo (considerando-se suas principais diferenças internas, como a do antigo e a do novo institucionalismo, bem como suas ramificações em várias ciências sociais). Concluimos que, entre a perspectiva de Chanlat e a de Morin, há convergência e complementaridade, sob diversos aspectos, como, por exemplo, a compreensão de que há uma interdependência complexa entre diversos níveis de análise organizacional. Em Chanlat há uma predominância dos níveis individual e organizacional, enquanto em Morin destaca-se um constante entrelaçamento (dialógico, recursivo) entre os diversos níveis do fenômeno organizacional.

Já entre esses dois autores (por um lado) e o institucionalismo (por outro) o que se destaca é uma relação crítica e antagônica, ainda que se possa perceber alguns aspectos de complementaridade, em razão da complexidade do conceito de

instituição, bem como em razão das relações entre as dinâmicas instituintes e instituídas, dinâmicas recursivas, transformadoras, entre desinstitucionalização e reinstitucionalização.

Com efeito, isolar ou abstrair do contexto institucional a interdependência entre os níveis organizacionais uma organização qualquer (ou mesmo um campo organizacional) para analisar sua estrutura e sua cultura, sua divisão de trabalho, seus recursos e funções, torna-se crescentemente um processo de simplificação e de disjunção que tem consequências danosas. Tal processo ocorre, por exemplo, com a teoria da agência, tal como tem sido desenvolvida no âmbito da economia, com amplas repercussões nos estudos organizacionais. Como consequência da difusão desta perspectiva, especialmente nos centros financeiros norte-americanos e europeus durante a última década, dimensões da natureza humana – como a afetividade, as raízes sociais, a cultura, a história e a ética – têm sido esquecidas na dinâmica organizacional. Paradoxal, mas compreensivelmente, tais dimensões também têm retornado como temas emergentes nos estudos organizacionais. A teoria da estruturação e a da agência, na vertente sociológica, entre outras abordagens, parecem ter contribuído nesse sentido. As duas tendências se afirmam e se confrontam, simultaneamente, gerando um contexto global que resiste às análises simplificadoras.

Para Morin, as relações no interior de uma organização ou empresa, assim como de uma sociedade, são simultaneamente complementares e antagônicas. As organizações e as sociedades, com sua necessidade tanto de ordem quanto de desordem, requerem um processo de reorganização ou regeneração permanente, ou seja, a manutenção da tensão entre o instituído e o instituinte, entre episódios de estado nascente e a instituição.

No que se refere à perspectiva institucional, à luz da perspectiva moriniana, destacou-se a ambivalência epistemológica desde as origens históricas do institucionalismo até as pesquisas recentes. Criticou-se as noções de ambiente técnico e institucional por seu viés antropocêntrico e reducionista. Entretanto, é relevante considerar a diversificação do institucionalismo na ciência política, na economia e na sociologia e suas possíveis complementaridades interdisciplinares ou multidisciplinares.

Se considerarmos o potencial de antagonismo entre as perspectivas críticas (de Chanlat, de Morin e outros), por um lado, e, por outro, os diversos institucionalismos, será possível encontrar confrontos epistemológicos que resultam em interpretações opostas no que se refere a várias instituições do sistema industrial-capitalista. Enquanto no institucionalismo, de forma predominante, será possível observar um viés antropocêntrico e disciplinar, no

contexto das ciências sociais, enfatizando-se as transformações da sociedade, da economia e das organizações no sentido do isomorfismo – nas perspectivas críticas aqui destacadas será possível observar um forte questionamento das instituições centrais do sistema industrial, no contexto da crise planetária, do diálogo inter e transdisciplinar entre ciências sociais, filosofia e ciências da natureza. Segundo as perspectivas críticas, incluindo as que se manifestam no interior do institucionalismo greco-latino, é relevante o questionamento do processo, tenso e complexo, de desinstitucionalização-reinstitucionalização, a mudança institucional (SCOTT, 2008), no contexto de crise planetária e climática (MORIN; KERN, 1995; GIDDENS, 2010).

Estamos cientes, por fim, de que, para uma apropriada inserção da extensa obra de Morin no campo dos estudos organizacionais, esse ensaio teórico não é suficiente, mas apenas uma das muitas contribuições necessárias. Assim, convidamos outros pesquisadores e pesquisadoras a dar continuidade a esse processo, comparando e confrontando outras perspectivas já legitimadas no campo dos estudos organizacionais com outros aspectos da obra moriniana.

REFERÊNCIAS

ALBERONI, F. Gênese. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. 536 p.



ASSIS, A. N. Institutionalizing the concept of sustainability from a tetralogical perspective: the case of Pro-Gauíba. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 18, n. 57, p. 335-353, abr./jun. 2011.

BARBIER, R. *Pesquisa-ação na instituição educativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 280 p.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, abr./jun. 2010.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 247 p.

CALDAS, M. P.; FACHIN, R. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Coord.) *Teoria das organizações*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 69-79.

CASTORIADIS, C. *L'Institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975. 540 p.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418 p.



CHANLAT, J.-F. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: CHANLAT, J.-F. (Org.). O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. v. 3. p. 21-45.

CHANLAT, J.-F. Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 2000. 100 p.

CHANLAT, J.-F. Análise das organizações: panorama da produção em língua francesa contemporânea (1950-2000). In: CHANLAT, J.-F.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Org.). Análise das organizações: perspectivas latinas. v. 1. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CHANLAT, J.-F. Gestão empresarial: uma perspectiva antropológica. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 272 p.

DIMAGGIO, P. J. Constructing an organizational field as a professional Project: U.S. Art Museums, 1920-1949. In: POWEL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Org.). The new institutionalism in organizational analysis. London: Sage, 1991, p. 267-292.

DIMAGGIO, P. J. Interest and agency in institucional theory. In: ZUCKER, L. (Org.) Institucional patters and organizations. Cambridge: Ballinger, 1998. p. 3-22.



DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Org.) The new institutionalism in organizational analysis. London: Sage, 1991b. p. 63-82.

DOMINGUES, I. Epistemologia das ciências humanas. São Paulo : Edições Loyola, 2004. Tomo I. 672 p.

FONSECA, V. S. A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimentos contemporâneos. In: VIEIRA, M. M.; CARVALHO, C. A. (Org.) Organizações, instituições e poder no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 47-66.

FORTIN, R. Compreender a complexidade. Introdução a *O Método* de Edgar Morin. Lisboa: Instituto Piaget, 2005. 286 p.

GIDDENS, A. The constitution of society. Berkeley: University of California Press, 1985. 417 p.

GIDDENS, A. A política da mudança climática. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 316 p.

HALL, P.; TAYLOR, R. Três versões do neoinstitucionalismo. Lua Nova, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.

KOFMAN, M. Edgar Morin : from Big Brother to fraternity. London : Pluto Press Limited, 1996. 140 p.

LAPASSADE, G. Grupos, organizações, instituições. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997. 328 p.

LEIS, H. R. A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis : Vozes; Florianópolis: UFSC, 1999. 261 p.

LOURAU, R. L'Analyse institutionnelle. Paris: De Minuit, 1970. 302 p.

MACHADO-DA-SILVA, C.; FONSECA, V.; CRUBELLATE, J. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 9, n. esp., p. 77-107, 2010.

MACHADO-DA-SILVA, C. GUARIDO FILHO, E. R. ; ROSSONI, L. Campos organizacionais : seis diferentes leituras e a perspectiva da estruturação. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 10, n. esp. P. 159-196, 2006.

MANGI, L. C. Neoinstitucionalism and appropriation of Bourdieu's work: a critical assessment. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, n. 3, v. 49, p. 323-336, jul/set. 2009.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio teórico? Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, mar./abr. 2011.

MISOCKY, M. C. Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In: VIEIRA, M. M.; CARVALHO, C. A. (Org.) Organizações, instituições e poder no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 141-176.

MORIN, E. A via para o futuro da humanidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 392 p.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007. 120 p.



MORIN, E. O método 6: ética. Porto Alegre: Sulina, 2005a. 222 p.

MORIN, E. Restricted complexity, general complexity. In: COLLOQUIUM INTELLIGENCE DE LA COMPLEXITÉ: EPISTEMOLOGIE ET PRAGMATIQUE, I, 2005, Cerisy-La-Salle. Anales... Cerisy-La-Salle: CCIC, 2005b.

MORIN, E. O método 5: a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2002. 309 p.

MORIN, E. Sociologia. Lisboa: Europa-América, 1998. 362 p.

MORIN, E. O paradigma perdido: a natureza humana. 3. ed. Lisboa: Europa-América, 1973. 224 p.

MORIN, E.; KERN, A. B. Terra-pátria. Porto Alegre: Sulina, 1995. 181 p.

NORD, W. R.; FOX, S. O indivíduo nos estudos organizacionais: o grande ato de desaparecimento? In: CLEGG, S. R., HARDY, C., NORD, W. R. (Org.). Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais. São Paulo: Atlas, 2004. v. 3. p. 186-225.

PARSONS, T. *Sociological theory and modern society*. New York: Free Press, 1967. 564 p.

PARSONS, T. Conceito de sistema social. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Org.) *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973a. p. 47-55.

PARSONS, T. Os componentes do sistema social. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Org.) *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973b. p. 56-59.

PERROW, C. *Complex organizations: a critical essay*. 2. ed. Glenview: Scott Foresman and Company, 1973. 320 p.

REED, M. Teoria organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R., HARDY, C., NORD, W. R. (Org.) *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1. p. 61-98.

RUIZ, J. L. S. (Coord.) *Con Edgar Morin, por un pensamiento complejo. Implicaciones interdisciplinarias*. Madrid: Akal, 2005. 239 p.



SCOTT, W. R. *Institutions and organizations: ideas and interests*. Thousand Oaks: Sage, 2008. 360 p.

SCOTT, W. R. *Organization: rational, natural, and open systems*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1981. 377 p.

SÉGUIN, F.; CHANLAT, J-F. *L'analyse des organisations: une anthologia sociologique*. Paris: Gaëtan Morin, 1992. Tome 1. 508 p.

SELZNICK, P. Institutionalism "old" and "new". *Administrative Science Quaterly*, Ithaca, v. 41, n. 2, p. 270-277, 1996.

SOARES, L. C. (Org.). *Da revolução científica à big (business) science: ensaios de história da ciência e da tecnologia*. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001. 255 p.

SZTOMPKA, P. *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. 576 p.

THÉRET, B. *As instituições entre as estruturas e as ações*. Lua Nova, São Paulo, n. 58, p. 225-254, 2003.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. R., HARDY, C., NORD, W. R. (Org.). Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1. p. 196-219.

WESTRUM, R.; SAMAHA, K. Complex organizations: growth, struggle, and change. New Jersey: Prentice-Hall, 1984. 344 p.

Edgar Morin, Chanlat e institucionalistas

Resumo

O presente ensaio teórico busca contribuir com os estudos organizacionais no sentido de esclarecer as relações entre a obra de Edgar Morin e algumas das perspectivas teóricas já reconhecidas e legitimadas nesse campo de estudos. Algumas obras e conceitos se destacam por sua relevância. Parte-se do pressuposto de que a perspectiva de Morin pode ser melhor compreendida à medida que se estabelecer um paralelo comparativo da mesma com outras perspectivas, como a de Jean-François Chanlat e a perspectiva institucional. As noções de ambiente são destacadas na comparação entre as perspectivas. As conclusões indicam complementaridade entre as abordagens de Chanlat e Morin, além de uma relação crítica e antagônica entre tais abordagens e perspectivas de institucionalistas, ainda que também haja alguns aspectos de complementaridade.

Palavras-chave

Estudos organizacionais. Complexidade. Teoria institucional. Ambiente.

Edgar Morin, Chanlat, and Institutionalists

Abstract

This theoretical essay seeks to contribute to organizational studies to clarify the relationship between the work of Edgar Morin and some of the theoretical perspectives that are already recognized and legitimized in this field of study. Some works are and concepts are emphasized for their relevance. One of assumptions is that the Morin's approach can best be understood with a comparison with other perspectives, such as the Chanlat's approach and institutional theory. The notions of environment are highlighted when comparing prospects. The findings indicate complementarity between the approaches of Chanlat and Morin, beyond a critical and antagonistic relation between these approaches and institutionalists perspectives, although there are also some aspects of complementarity.

Keywords

Organizational studies. Complexity. Institutional theory. Environment.

Edgar Morin, Chanlat y Institucionalistas

Resumen

Este ensayo teórico busca contribuir a los estudios organizacionales para aclarar la relación entre la obra de Edgar Morin y algunas de las perspectivas teóricas ya reconocidas y legitimadas en este campo de estudios. Algunas obras y conceptos se destacan por su relevancia. Se parte de la suposición de que la perspectiva de Morin se puede entender mejor estableciéndose una comparación de la misma con otras perspectivas, como la de Jean-François Chanlat y la perspectiva institucional. Nociones de medio ambiente se destacan cuando se comparan las perspectivas. Los resultados indican la complementariedad entre los enfoques de Chanlat y Morin, además de una relación crítica y antagónica entre estos enfoques y perspectivas de los institucionalistas, incluso si hay algunos aspectos de la complementariedad.

Palabras clave

Estudios organizacionales. Complejidad. La teoría institucional. Medio Ambiente

Autoria

Sergio Luis Boeira

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail:

sbsergio267@hotmail.com.

Alessandra Knoll

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-

mail: alekawaii@gmail.com.

Ivan Luis Tonon

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Funcionário da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail:

ivanluistonon@yahoo.com.br.

Endereço para correspondência

Sergio Luis Boeira. Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de

Ciências da Administração. Campus Universitário Prof. Reitor João David Ferreira

Lima, Trindade, Florianópolis, SC, BRASIL. CEP: 88040-900. Telefone: (+55 48) 37219374.



Como citar esta contribuição

BOEIRA, S. L.; KNOLL, A.; TONON, I. L. Edgar Morin, Chanlat e institucionalistas. Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 266-324, abr. 2016.

Contribuição Submetida em 13 maio 2015. Aprovada em 25 dez. 2015. Publicada online em 30 mar. 2016. Sistema de avaliação: Double Blind Review. Avaliação sob responsabilidade do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Editor: Luiz Alex Silva Saraiva.

FAROL

REVISTA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE

NÚCLEO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS E SOCIEDADE | FACE / UFMG | BELO HORIZONTE | V. 3 | N. 6 | ABRIL | 2016 | ISSN: 2358-6311